

Demoraram quase um ano as negociações entre os representantes da Frelimo e da Renamo para a assinatura do acordo preliminar que estabeleceu os pontos básicos em torno dos quais deve prosseguir o diálogo entre os dois Movimentos para o cessar-fogo e a paz em Moçambique.

Nem a Comunidade de Santo Egidio, nem as Autoridades italianas, mediadoras do processo, podem ser responsabilizadas pela sua lentidão. Além das complexidades naturais, houve divergências que, para serem contornadas exigiram consultas em diversas instâncias. Mas se um ano foi consumido na discussão dos princípios e do quadro institucional onde se devem desenvolver as conversações, imagine-se quanto tempo ainda vai levar até que a Frelimo e a Renamo concordem em pôr fim à guerra civil e em promover a reconciliação nacional! Seis meses? Um ano? Dois anos? É imprevisível, embora exista a promessa das duas partes de deporem as armas logo que cheguem a um consenso quanto ao arazoado da "lei eleitoral" e da "lei dos partidos". Pode ser que, nessa altura, tanto o governo de Joaquim Chissano como os rebeldes liderados por Afonso Dhlakama se convençam de que mais importante do que a luta e a violência, é admitir uma saída pela via das eleições e deixar que seja o povo moçambicano a escolher, em liberdade, os seus dirigentes.

O País, dilacerado pela miséria e pela guerra, com uma das rendas "per capita" mais baixas do mundo, sem produção e sem investimentos, sem moradias e sem escolas, sem hospitais e sem água, já não pode esperar mais.

Essa é a verdade: e ou se põe um ponto final na guerra e se começa a trabalhar na reconstrução ou, dentro de poucos anos, aquela que chegou a ser, ao lado da República Sul-africana e de Angola, uma das nações mais prósperas e promissoras do continente — "a pérola do Índico" — desaparecerá do mapa.

Durante algum tempo, no período pós-Independência, a luta entre a Frelimo e a Renamo, como em Angola os conflitos entre o MPLA e a UNITA, ainda poderiam ter alguma justificativa, na medida em que cada um desses grupos estava ligado a compromissos externos e recebia apoio financeiro e militar de outros países, ou de organizações alinhadas com uma das superpotências. Por outro lado, os regimes marxistas, assentes no partido único, quer em Luanda, quer no Maputo, não admitiam a possibilidade da convivência e da divisão do poder. Muito menos se pensava em consultar as populações para que estas pudessem decidir sobre os rumos políticos ou o sistema económico mais adequado.

O quadro mudou completamente. Já não há a "guerra fria"; o socialismo desmoronou no Leste europeu; a União das Repúblicas Soviéticas está a desintegrar-se a olhos vistos; de Moscovo não chegam mais armas ou ajudas; os soldados cubanos retiraram-se do território angolano; o MPLA e a UNITA assinaram um Acordo de Paz; a Namíbia é independente; na África do Sul as leis do "apartheid" foram proscritas pelo Presidente De Klerk. Com esse cenário, que sentido tem, dentro da nova realidade

mundial, que os moçambicanos continuem a matar-se uns aos outros, que as bombas derrubem os postes transmissores da energia eléctrica de Cahora Bassa, que o Vale do Zambeze esteja entregue ao abandono, que o País, sangrando e doente, esteja dividido ao meio? Para quê a guerra, se Moçambique chega para todos e se não há mais razão, senão o ódio e o ressentimento, para se continuar a destruir aldeias e a praticar atos de terrorismo nas cidades?

É possível que o reconhecimento desta situação — e também o cansaço e a falta de recursos para continuar uma luta estúpida e fratricida — acabe por acelerar as negociações de Roma. Seria bom que isso acontecesse. Para além dos motivos óbvios em favor da paz, ainda existe uma razão especial para que venha logo o entendimento. É que no 1º semestre de 1992 a Presidência da C.E.E. caberá a Portugal e os laços históricos, culturais e lingüísticos que o unem a Moçambique e o seu conhecimento e experiência em África, podem ser fatores valiosos para se articular, durante a presidência portuguesa, um plano capaz de tirar do fundo do poço a economia da antiga colónia.

Até agora, o dilema dos moçambicanos, era morrer na guerra ou morrer de fome. Centenas de jovens passam pelas ruas da Beira ou do Tete estropeados pelas minas; milhares de crianças, descarnadas e doentes, pedem pão no Quelimame e em Porto Amélia. O País ainda é carcaça seca, disputada à força pela Frelimo e pela Renamo. Mas já se começam a ouvir os primeiros acordos da paz.